

O terceiro capítulo, da autoria de António Maduro, versa sobre *Cister e a Terra: a criação e reciação da paisagem*. Numa escrita fluida e agradável, centra as suas atenções no Antigo Regime, embora faça as respetivas ligações à história agrária de Alcobaça durante a Idade Média e a época Moderna (com amplas referências bibliográficas). Conseguimos ficar a conhecer instalações (caso da casa do monge lagareiro ou da Quinta da Gafa) e mesmo as antigas produções de mel (estas sitas na Granja de Val Ventos e datadas de 1765). São, por isso, de realçar as revoluções agrárias que os cistercienses foram aplicando nos seus territórios, o que ainda hoje é potenciador de investigação e estudo que vêm trazendo novidades. No final deste volume é-nos facultada uma cronologia da Abadia e da região, que nos permite, porventura, ler os artigos contidos neste volume sob uma outra luz.

SOYER, François

*A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal:
D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa.*

Lisboa: Edições 70, 2013. 371 p.

JOSÉ PEDRO PAIVA

O autor do livro é, desde 2008, professor (*lecturer*) na Universidade de Southampton, Inglaterra, e um dos poucos estrangeiros que se interessam, estudam, investigam e publicam sobre História de Portugal, o que se saúda e encoraja, pela visibilidade externa que pode dar à historiografia sobre Portugal e pelo debate que ajudará a estimular. Neste livro, originalmente editado em inglês pela prestigiada Brill (Leiden, Holanda), e que, basicamente, é o resultado da sua dissertação de doutoramento, defendida na Universidade de Cambridge em finais de 2006, propõe uma caracterização da vida de judeus e muçulmanos no território de Portugal durante a Idade Média e procede a uma reconstituição do processo da sua perseguição que, em finais do século XV, desembocaria na expulsão dos muçulmanos e na conversão forçada de milhares de judeus.

O tópico não é campo virgem na historiografia portuguesa, contando com contributos já clássicos, como os de Alexandre Herculano, ainda no século XIX, ou de Maria José Ferro Tavares, no século XX, e múltiplas outras incursões. Esta é uma proposta que enfrenta o assunto numa perspectiva de longa duração, analisando em paralelo as comunidades judaica e muçulmana, cobrindo territórios que vão desde a política, a cultura, a economia, a religião, a sociedade e a diplomacia, encarando o problema e seus impactos tanto a nível central como sondando-o em diversas cidades e vilas portuguesas, procurando compor uma visão o mais completa e abrangente possível do assunto. Uma das suas grandes vantagens é a utilização de fontes variadas e de origem distinta, a saber, castelhanas, portuguesas, hebraicas e árabes, algumas inéditas, pese embora não esgote todas as possibilidades existentes para perceber este delicado assunto. Há, por exemplo, cartas de Cataldo Sículo e informações em processos inquisitoriais que poderiam ter sido utilizadas.

O estudo estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro é proposto um olhar cuidadoso, amplo, de longa duração sobre a presença de populações muçulmanas e judaicas no território do que seria Portugal, desde o século VIII até ao final de Quatrocentos. Centra-se, em especial, sobre as formas de organização e de vida em judiarias, mourarias e comunas, na demografia e atividade económica. Não olvida as mudanças verificadas no decurso deste período, o que permite obter uma visão dinâmica, denunciando alguns estereótipos correntes, como a ideia de que os judeus exerciam apenas trabalhos ligados à finança e à mercancia, quando, ao invés, muitos se dedicavam à agricultura e a diversos ofícios como ourives, armeiros, alfaiates, sapateiros, etc.

O segundo capítulo aborda o impacto em Portugal da chegada de muitos conversos vindos de Castela, na década de 80 e início de 90 de Quatrocentos, sem aduzir muitos dados novos ao que era sabido. Destaque-se o cuidadoso cruzamento de várias fontes para tentar apurar o número exato de conversos que teriam entrado em Portugal depois de expulsos de Castela em 1492, bem como os montantes requeridos pela coroa para os autorizar a vir para o reino. Aqui defende-se a tese de que D. João II teria permitido que a maioria dos judeus oriundos de Castela pudessem usar portos de Portugal para abandonarem o reino e que o impacto social e económico da vinda de judeus castelhanos expulsos dos reinos vizinhos em 1492 foi reduzido. Se assim foi, isto é, se este era um problema menor, por que motivo teria sido tão importante e teve repercussões tão grandes a expulsão e batismo forçado dos judeus existentes em Portugal em 1496/1497?

No capítulo terceiro, conforme clarificado pelo autor (p. 167), reconstitui-se o conjunto de factos políticos e diplomáticos que teriam ocorrido entre 1492-1496, durante o final do reinado de D. João II e a subida ao poder de D. Manuel I, que alteraram a configuração existente e são, no entender de Soyer, a causa da expulsão e subsequente batismo forçado dos judeus residentes em Portugal. É pelo menos discutível que na economia do texto seja pertinente uma tão longa e detalhada análise da política interna e externa de Portugal nestes anos (veja-se, por exemplo, a referência a todas as cláusulas do contrato de casamento de D. Manuel I com D. Isabel na p. 204-206). Quero com isto dizer que há neste capítulo, e também noutros momentos, incursões que, a meu ver, são pouco relevantes (por exemplo, na p. 43-44, o relato breve e impreciso da formação de Portugal), o que prolonga desnecessariamente a extensão de toda a obra. Acresce que a conclusão deste ponto, ou seja, a ideia de que o casamento de D. Manuel I com D. Isabel teria sido impossível sem o monarca ter acedido, por pressão dos reis católicos, a expulsar os judeus de Portugal, não constitui nenhuma novidade.

O capítulo 4 propõe-se fornecer uma reconstituição “coerente” (p. 213) dos acontecimentos verificados entre Dezembro de 1496 e o ano seguinte, relativos à expulsão e posterior conversão forçada dos judeus residentes em Portugal. O propósito expresso supõe que, até à redação do seu livro, Soyer avalia que as reconstituições anteriores não eram “coerentes”. É proposta que teria sido mais prudente não assumir. Tanto mais que alguns episódios decisivos para perceber estes factos foram reconstruídos pelo autor com demasiada brevidade e sem a profundidade possível, nomeadamente as posições tomadas por diversos conselheiros de D. Manuel I, que o monarca teria ouvido no final de 1496, no Conselho do Rei. Por outro lado, porque a sua reconstituição aporta poucos dados verdadeiramente novos ao que já era sabido. Finalmente, propõe a figura de um D. Manuel I que, neste caso, teria sido um príncipe maquiavélico “avant la lettre”, ao saber misturar “astúcia, crueldade e pragmatismo”. É uma interpretação diferente, sem dúvida, ainda que baseada praticamente nos mesmos dados que levaram outros, talvez mais certamente, a ver

nesta sequência de eventos mais do que “maquiavelismo”, alguma desorientação, senão ausência de um rumo definido, que teria conduzido a uma política de contraditórios zigzagues. Do que não restam dúvidas é que, em 1497, em diversos locais de Portugal, que não apenas em Lisboa, milhares de judeus foram forçados a receber o batismo cristão, num clima de enorme violência. Nasceram os “cristão novos”, como passaram a ser geralmente designados. Ou “cristãos da areia”, como chamaram em Tavira aos que, estando na praia prestes para fugir, foram apanhados e depois batizados, num episódio muito original e pouco conhecido, que este livro não assinala.

O capítulo quinto aborda um aspeto que, como foi bem recordado, é normalmente ofuscado e esquecido: a expulsão dos muçulmanos, poucos, em 1496-97. Aqui (p. 277) esclarece Soyer que a expulsão dos judeus e a dos muçulmanos não tiveram nem as mesmas causas nem semelhante impacto. Pergunta-se, se não tiveram génese semelhante, o que os liga? Porquê, então, tratá-los no mesmo livro? É questão que mereceria justificação.

Se o livro vale, sobretudo, por propor uma análise global da presença judaica e muçulmana em Portugal até finais de Quatrocentos, baseada na leitura conjugada de fontes de origem variada, não está isento de reparos.

Desde logo, o título tem uma falha formal, porventura decorrente de uma tradução imprecisa. Devia dizer “a perseguição aos judeus e muçulmanos em Portugal” e não “aos judeus e muçulmanos de Portugal”, pois são expressões com diferente sentido. A tradução é, aliás, em vários passos, pouco cuidada e o uso nem sempre perfeito da pontuação dificulta, pontualmente, a leitura. São exemplos, quando não erro de leitura, os seguintes: “apologista” em vez de apologeta (p. 35), “mosteiro jesuíta” quando os jesuítas tinham apenas colégios ou casas (p. 53), “jardim zoológico real” (p. 74), “sanbenito” em vez de “sambenito” (p. 118). Ainda no plano formal haveria que limar algumas expressões de significado duvidoso ou ambíguo, como, por exemplo, escrever-se que o papa emitiu “devidamente” uma bula (p. 124), ou aludir-se a “provas incidentais” (p. 146). Há ainda alguns anacronismos que se admite possam também decorrer de deficiente tradução, como “funcionário” régio em vez de “oficial” (p. 230), pior, “funcionário” da Inquisição (p. 238), ou designar por “arquivista” (p. 242) o “guarda-mor” da Torre do Tombo Damião de Góis.

Ainda no plano formal, apresenta uma organização inicial difícil de entender e pouco agradável para o leitor, pois abre com elencos de estampas, uma nota explicativa sobre nomes, datas e moedas, siglas utilizadas, 4 mapas, antes de, finalmente, surgir uma Introdução explicativa, onde a função de nenhum destes elementos prévios é esclarecida. Por outro lado, o “Índice”, na p. 7-8, não tem a identificação dos imensos subcapítulos ou subpartes da obra, dificultando uma perceção global da sua estrutura, por um lado, e, por outro, a localização mais fácil dessas mesmas partes. Acresce que alguns dos subcapítulos são formalmente discutíveis, como é o caso de todos eles terminarem com um ponto designado “Conclusão”.

O subtítulo do livro, *D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa*, que, em boa verdade, sublinha uma das ideias fortes que o autor pretendeu evidenciar, e a que volta enfaticamente na abertura da Conclusão (p. 317), é polémico e não encontra suporte ou justificação na análise empreendida. Haveria tolerância antes de 1496/97? Será correto utilizar esta categoria de tolerância religiosa antes de o seu sentido, tal como hoje o entendemos, ter sido proposto e debatido por John Locke, em texto cuja primeira edição impressa data de 1689? Em que região da Europa havia “tolerância” religiosa nos finais do século XV? Este é um dos problemas maiores deste livro: a chave de leitura que propõe para a interpretação final da política régia face a judeus e muçulmanos, assenta em

categoriais inexistentes, anacrónicas e inaplicáveis na época. Será em termos de tolerância e de intolerância que é possível definir e interpretar a relação da coroa com os que professavam as religiões judaica e muçulmana entre os séculos VIII e XV? Não seriam antes considerações de natureza política, económica, social e também religiosa, que foram moldando esta relação, como, aliás, Soyer vai explicando ao longo da obra? É que, de facto, as diversas dinâmicas explicativas apresentadas no decurso do texto para elucidar as atitudes dos monarcas D. João II e D. Manuel I nunca remeteram para estes conceitos de tolerância/intolerância que surgem apenas no título e na Conclusão.

É de igual modo passível de debate a noção de que sempre houve em Portugal uma espécie de anti-judaísmo genético de cariz popular, que aparece pela primeira vez na p. 92. Se ele existisse, como explicar que, durante séculos, como aqui se mostra, tivesse havido uma vivência relativamente pacífica entre cristãos, judeus e muçulmanos na Península? Quando as manifestações mais violentas, abrangentes e duradouras dessa aversão popular aos judeus irromperam não foram regularmente acompanhadas, senão instigadas ou potenciadas pela retórica clerical e até da coroa?

Se, em geral, se trata com acerto os tópicos em foco, em certos momentos emergem imperfeitas apreciações, o que denuncia um conhecimento pouco profundo da parte do autor de alguns dos pontos que pretendeu enfrentar. É o caso (p. 111-113), no ponto intitulado “Os conversos castelhanos em Portugal”, da larga incursão sobre a jurisdição do crime de heresia no Portugal medieval, o que, desde logo, se afigura colocação desajustada. Mas para além deste aspeto, há muitas imprecisões. Sugere-se que, “contrariamente à ideia generalizada”, há provas de que houve atividade inquisitorial em Portugal antes de 1536. Todavia, não se apresenta nenhuma dessas provas. Refere-se apenas que houve inquisidores franciscanos e dominicanos nomeados pelo poder papal para Portugal, sem se apresentar uma única prova, repito, de que tenham atuado enquanto tal. Neste contexto, usa-se de forma acrítica uma obra importante, sem dúvida, mas que tem falhas, refiro-me à *História da Santa Inquisição do reino de Portugal*, da autoria de Pedro Monteiro. Também é inexato dizer (o que foi reiterado na p. 124) que nos séculos XIV e XV a jurisdição sobre heréticos era apenas do rei, pois a justiça eclesiástica (exercida pelos bispos) também estava prevista. Ao contrário do que equivocadamente se escreveu, a partir de documento treslido e mal interpretado, não foi D. João II, em 1487, que a transferiu para o episcopado.

Novamente inexato (p. 113) ao sustentar que a feitiçaria, no século XV, era jurisdição exclusiva da coroa e não da justiça eclesiástica. Basta ler alguns dos sínodos medievais portugueses, que o autor cita noutras circunstâncias, para constatar que a matéria era igualmente competência dos ordinários. Era um delito de foro misto.

Volta a ser pouco preciso (p. 114) ao tratar do crime de apostasia (diferente do de heresia). A apostasia, de facto, numa das versões das Ordenações manuelinas, que Soyer não refere a este título, passou a ser jurisdição exclusiva da coroa, o que se compreende bem, pois não era crime de fé, mas de quem abandonava a fé “oficial” do reino.

Muitas imprecisões na reconstituição do quadro de governo nos alvares do reinado de D. João II, nomeadamente a ideia de que após a perseguição e condenação do Duque de Bragança e o homicídio do Duque de Viseu às mãos do monarca, “surgiu uma nova facção em Portugal centrada na família Almeida” (p. 169). Ora, os Almeida já eram muitíssimo importantes no tempo de Afonso V, nomeadamente o primeiro conde de Abrantes, que fora vedor da fazenda de D. Afonso V e mordomo-mor da rainha. Por outro lado, a cabeça da casa após a morte do

1º conde, não foi, como escreve Soyer, Francisco de Almeida, 1º vice-rei da Índia, mas sim o seu irmão mais velho e segundo conde de Abrantes, D. João de Almeida, que continuou a ser o vedor da fazenda de D. João II.

O rigor de um estudo aprecia-se também no modo como o seu autor trata alguns detalhes. E aqui há bastantes nem sempre bem cuidados. É o caso da referência a Alexandre Herculano como sendo “universalmente aclamado como pai da moderna historiografia” (p. 27). Duvida-se que Herculano seja conhecido “universalmente”, e designá-lo por “pai da moderna historiografia portuguesa”, para além do discutível gosto da forma, tem, do ponto de vista substantivo, pouco sentido. Na mesma linha, denota pouco rigor no detalhe a designação de José Maria da Cruz Pontes, como uma “autora” (p. 94, nota 181) e, ao invés, a classificação de Elisabeth Hirsch como “biógrafo” (p. 33). De igual modo, é desacertada a afirmação de que a execução capital dos condenados pela Inquisição acontecia durante o auto da fé (p. 118), quando, de facto, sucedia após este. Há ainda pontuais imprecisões de ordem cronológica: Amador Arrais foi bispo de Portalegre entre 1581 e 1598 e não entre 1582 e 1596 (p. 217); o decreto de abolição da Inquisição data de 31 de março de 1821 e não de 24 de março (p. 331), neste dia ele começou a ser discutido.

PIMENTEL, Manuel Cândido (Org.)

D. Frei Amador Arraiz no IV Centenário da edição definitiva dos Diálogos.

Lisboa: Universidade Católica Editora: CEFI-Centro de Estudos de Filosofia, 2009, 240 p.

ERNESTO JANA

O presente volume recolhe as 18 conferências realizadas a 18 e 19 de Novembro de 2004 a propósito dos 400 anos da edição definitiva dos *Diálogos*. O prefácio serve para nos dar a conhecer uma pequena biografia do prelado antes de passar aos ensaios.

Sanchez Salor em *Temas humanísticas en Amador Arraiz* chama a atenção para a forma dialogada da obra e do protagonista da mesma, assente que é nos ensinamentos de Cícero. A maneira como se transmitem os conhecimentos médicos, a visão erasmista do príncipe cristão, a que se junta uma visão do humanismo português e a ortodoxia da fé são aspetos aqui focados. Também Luis Merino Jerez em *La adaptación de las fuentes clásicas en los “Diálogos”* se preocupa com a busca das fontes greco-romanas. Verifica que Cícero, Plínio ou Tito Lívio, Ovídio ou Epicuro constam dos *Diálogos* e de maneira assaz abundante. José Maria Maestre em *El Obispo Amador Arraiz, divulgador de las obras históricas de André de Resende* chama a atenção para o quarto *Diálogo* (cap. XI), que contém referências ao humanista André de Resende. A obra *Libri Quatuor de antiquitatibus Lusitaniae* só viu a luz do dia em 1593 e foi Amador Arraiz que, após ler a obra, se fundamentou nela para elaborar quinze quesitos contra os textos de Tito Lívio. Outras obras de Resende se inferem no texto dos *Diálogos* como o demonstra o autor deste artigo. O último autor espanhol, Juan Lorenzo, escreveu *Arraiz y la “Consolación”*. Verifica que o bispo de Portalegre, Amador